

**HOMENS DE QUEM NÃO SE FALA: AS VÍTIMAS ESQUECIDAS DA  
VIOLÊNCIA NA INTIMIDADE**

**UNSEEN MEN: THE FORGOTTEN VICTIMS OF INTIMATE PARTNER  
VIOLENCE**

Andreia Machado & Marlene Matos (1)

(1) Universidade do Minho

## **Resumo**

Nas últimas décadas, o foco da investigação e da atenção pública na violência na intimidade centrou-se na violência contra as mulheres, negligenciando outros contextos relacionais e outras dimensões, como é o caso da violência contra os homens. No entanto, o estudo desta problemática tem gerado um enorme debate na comunidade científica. Há defensores da perspectiva de que a violência na intimidade não é um problema homogéneo, no qual os homens são apenas perpetradores e as mulheres apenas vítimas. De facto, são já vários os estudos internacionais que reportam que os homens experienciam níveis significativos de agressões físicas e um impacto psicológico significativo causado pela violência de que são alvo. Em Portugal, este fenómeno ainda não mereceu atenção científica e social. Mais investigação sobre as experiências dos homens vítimas é essencial para estimar a extensão e a severidade deste problema e adotar medidas de prevenção e de intervenção que respondam eficazmente às necessidades destas vítimas.

**Palavras-chave:** homens; vítimas; violência doméstica.

## **Abstract**

In the last decades, the focus of research and public attention in intimate partner violence (IPV) was on women, neglecting other dimensions and other relational contexts, such as violence against men. However, IPV has been subject of much debate and controversies. Although most report that IPV is perpetrated by men towards women, researchers have increasingly recognized that this experience is not limited to women and that men can also be victims of abuse. Several studies have reported that men experience physical violence and significant psychological symptoms as a result of IPV. In Portugal, this phenomenon has not yet received scientific and social attention. Research into the specific effects of IPV on male victims is, however, in its infancy. Increased understanding of the complex, multifaceted processes and effects of IPV on male victims is vital to the development of services and support systems for this population.

**Keywords:** men; victims; intimate partner violence.

## **Introdução**

A violência na intimidade configura uma grave violação dos direitos humanos, assumindo-se como “um obstáculo à concretização dos objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz e que viola, dificulta ou anula o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais” (Presidência do Conselho de Ministros, 2010, p. 2). Envolve qualquer ato ou conduta abusiva a nível físico, psicológico ou sexual entre adultos que estejam casados, coabitem ou tenham tido um relacionamento íntimo (Sartin, Hansen & Huss, 2006).

Desde a sua construção social – no plano internacional, nos anos setenta, e no plano nacional, sobretudo na década de noventa, – o fenómeno da violência na intimidade tem vindo a assumir progressivamente um lugar de relevo na sociedade em geral (Matos & Machado, 2011; Matos, Machado, Santos & Machado, 2012). No entanto, durante décadas, foi encarado como um problema individual e não como um problema social (Shuler, 2010). Atualmente, é no domínio da esfera pública que a violência na intimidade representa um sério problema social e criminal (Dobash & Dobash, 2004; Dutton & Nicholls, 2005; Matos, 2006; Shuler, 2010).

Ao longo dos últimos trinta anos, o foco da investigação e da atenção pública na área da violência na intimidade centrou-se na violência contra as mulheres, negligenciando outros contextos relacionais e outras dimensões da violência, como é o caso da violência contra os homens. Tal levou à feminização do fenómeno e à consequente invisibilidade da violência contra os homens (Felson, 2010; George, 2003; Lewis & Sarantakos, 2001).

Não obstante a falta de visibilidade da violência contra o sexo masculino, a literatura tem vindo gradualmente a reconhecer que a violência na intimidade não se limita às mulheres e que os homens também podem ser vítimas de abuso (Sousela, 2006). A identificação e o reconhecimento dos homens como vítimas de violência na intimidade desafiam fortemente uma sociedade em que o sexo masculino é encarado como económica, social e politicamente dominante. Historicamente, a assunção tem sido a de que as mulheres sofrem mais lesões físicas e psicológicas do que os homens, como resultado da violência na intimidade. No entanto, um crescente corpo de pesquisa tem documentado a expressão deste tipo de violência sobre os homens, considerando-o um problema social relevante e merecedor de atenção em si mesmo (Randle & Graham, 2011).

O estudo desta problemática tem gerado um enorme debate no seio da comunidade científica (Matos, 2006), tendo-se assistido nos últimos anos a reestruturações significativas não só ao nível dos pressupostos e das metodologias de investigação, como também das ideologias sociais (Randle & Graham, 2011; Sarantakos, 1999).

No entanto, e apesar do crescente interesse internacional sobre a violência contra os homens, em Portugal este fenómeno ainda não mereceu atenção científica e social.

### **Os homens também são vítimas de violência na intimidade?**

Atualmente, duas perspetivas conceptuais dominam a investigação nesta área: a perspetiva feminista (e.g., Pagelow, 1984 as cited in Archer, 2000; Walker, 1990 as cited in Archer, 2000) e a perspetiva da sociologia da família (e.g., Hines & Saudino, 2003 as cited in Archer, 2000; Holtzworth-Munroe, Smutzler & Bates, 1997 as cited in Archer, 2000). Os respetivos investigadores baseiam-se em pressupostos teóricos distintos e tipicamente utilizam diferentes amostras (mulheres vítimas de violência, no primeiro caso, e população em geral, no segundo) e diferentes métodos e técnicas de recolha (entrevistas em profundidade a mulheres vítimas *vs.* sondagens aleatórias realizadas porta a porta, por correio e telefonicamente à população geral) (Archer, 2000; Melton & Belknap, 2003). Estes fatores contribuíram para várias inconsistências na literatura (Matos, 2006; Randle & Graham, 2011).

Os movimentos feministas começaram por influenciar o estudo do fenómeno da violência na intimidade identificando os homens como os agressores primários, sendo as mulheres apenas suas vítimas (Dobash, Dobash, Wilson & Daly, 1992; Dobash & Dobash, 2004; Kurtz, 1993 as cited in Lewis & Sarantakos, 2001; Felson, 2008). A perspetiva feminista está comprometida com a visão de que a violência na intimidade é um produto do modelo patriarcal e, assim sendo, uma atividade exclusivamente masculina (Archer, 2000; Bograd, 1988 as cited in Dutton & Nicholls, 2005), através da qual as mulheres são subordinadas, dominadas e controladas pelos homens. Os/as interlocutores/as da perspetiva feminista argumentam que a violência na intimidade é genderizada e deve ser examinada como um problema social das mulheres (Kelly & Johnson, 2008; Randle & Graham, 2011; Saunders, 2002). No âmbito dos trabalhos de índole feminista, refuta-se perentoriamente a noção de simetria de género na violência

na intimidade. De referir, de forma geral, que os estudos desenvolvidos à luz desta filosofia apoiam-se em abordagens qualitativas e referem-se, essencialmente, a dados recolhidos em casas abrigo, tribunais, relatórios policiais, hospitais e pessoas que solicitaram apoio psicológico (Archer, 2000; Casimiro, 2008; Kelly & Johnson, 2008). Quando as investigações são de pendor quantitativo e recorrem ao uso de inquéritos representativos da população, estes debruçam-se especificamente sobre a mulher vítima ou sobre a criminalidade em geral, salientando que os homens são mais violentos do que as mulheres e que as mulheres são vítimas de agressões mais severas (Anderson, Dial, Ivey & Smith, 2011; Archer, 2000; Casimiro, 2008; Saunders, 2002; Swan, Gambone, Caldwell, Sullivan & Snow, 2005). No que se refere a estes inquéritos nacionais, são de referenciar, nos Estados Unidos da América, o *U. S. National Violence against Women Survey* e o *U. S. National Crime Victimization Survey*, que revelam que os homens são, de forma bastante significativa, fisicamente mais agressivos contra as suas parceiras (Casimiro, 2008). Este tipo de inquérito foi igualmente implementado na Austrália (*Australian National Crime and Safety Survey* e *Violence against Women Survey*), no Canadá (*The Violence Against Women Survey*) e no Reino Unido (*British Crime Survey*), chegando-se a conclusões análogas de que as mulheres são maioritariamente as vítimas de violência na intimidade. Mas não só de inquéritos representativos da população surgem os dados avançados pelo movimento feminista. Estudos realizados com amostras delimitadas destacam igualmente o primado das mulheres enquanto vítimas de violência. A título de exemplo, encontram-se os estudos levados a cabo por Erin Pizzey que, em 1974, fundou a primeira casa abrigo para mulheres vítimas de violência na intimidade (George, 2003) e por Russel (1982 as cited in Casimiro, 2008), que, através de 930 entrevistas a mulheres adultas, concluiu que uma em cada sete mulheres americanas já tinha sido violada pelo marido ou pelo ex-marido.

O postulado dos movimentos feministas gerou uma massiva aposta nas principais políticas sociais pró mulheres, mas também um viés contra os homens vítimas. Estes, por sua vez, ora têm sido ignorados, negligenciados ou desacreditados (Gulas, McKeage & Weinberger, 2010; Lewis & Sarantakos, 2001), ora a sua vitimação tem sido encarada como sendo sua culpa ou trivializada e justificada de diversas formas. A título de exemplo, à luz dos movimentos feministas, entende-se que a mulher apenas agride em auto-defesa ou ao fim de muitos anos em que foi batida (Lewis & Sarantakos, 2001; Dutton & Nicholls, 2005; Hines & Douglas, 2010a; Smith, 2008).

Por seu turno, estudos posteriores aos apresentados pelos movimentos feministas (e.g., Archer, 2000; Sarantakos, 1999) que recorreram, igualmente, a extensa evidência empírica – perspectiva dos sociólogos da família –, demonstraram que homens e mulheres podem ser igualmente violentos contra a/o sua/seu parceira/o e que, embora os homens possam provocar mais dano físico nas suas companheiras, a violência contra os homens também pode ser muito destrutiva (Lewis & Sarantakos, 2001; Hines & Douglas, 2010b; Hines & Douglas, 2011).

A perspectiva dos sociólogos da família advoga que quer homens, quer mulheres podem ser perpetradores ou vítimas de violência na intimidade. Os seus interlocutores contemplam a violência como feminina e masculina, colocando o enfoque na dinâmica da família e/ou na conjugalidade (Archer, 2000; Casimiro, 2008). Um olhar atento sobre a investigação nesta área salienta que é nos Estados Unidos da América que surge, nas duas últimas décadas, a controversa questão da simetria de género na adoção de condutas violentas na intimidade. Em seguida, também o Canadá, o Reino Unido, a Finlândia e a Austrália desenvolveram estudos que alimentaram esta questão (Casimiro, 2008). Neste sentido, apesar de a simetria de género ser um construto muito contestado na literatura (e.g., Archer, 2000; Dutton & Nicholls, 2005; Matos, 2006), vários são os estudos que suportam esta noção (e.g., Dutton & Corvo, 2007; Graham-Kevan & Archer, 2009).

Os investigadores da violência na família baseiam-se em amostras nacionais ou da comunidade e usam frequentemente as *Conflict Tactics Scales* (CTS), um inventário de auto-relato que mede a presença e a frequência do comportamento agressivo (Melton & Belknap, 2005; Kelly & Johnson, 2008). No final da década de 70 surge, através de Straus, Gelles e Steinmetz (1975 as cited in Casimiro, 2008), o primeiro estudo que demonstra que nem só as mulheres são vítimas nas quatro paredes do seu lar: o *U. S. National Family Violence Survey* (Straus & Gelles, 1986 as cited in Casimiro, 2008). Este estudo contou com a participação de 2143 americanos casados ou a coabitar e revelou não só que o casamento se constitui como uma licença para agredir, mas também que os homens revelaram ser mais vítimas que as suas companheiras, inclusive no que se refere à violência considerada mais severa (Casimiro, 2008). Outros estudos (Steinmetz, 1977/1978 as cited in Casimiro, 2008; Straus, 1977 as cited in Casimiro, 2008) corroboraram esta teoria, surgindo a ideia de que as mulheres, para fazer face à sua inferioridade física, se socorrem, muitas vezes, de instrumentos e armas para agredir os parceiros. A este respeito, Steinmetz (1977 as cited in Casimiro, 2008) considera

mesmo que o fenómeno da violência na intimidade sobre os homens alcança uma dimensão que permite que se preconize a síndrome do homem espancado. É de referir, também, o *U. S. National Family Resurvey* (1985) (Straus & Gelles, 1990 as cited in Casimiro, 2008), com uma amostra de 3250 cidadãos entrevistados telefonicamente que revelou, uma vez mais, taxas de violência semelhantes entre homens e mulheres. O dado mais surpreendente nestes inquéritos nacionais refere-se à violência severa, na qual os homens surgem, mais frequentemente, como vítimas. Em 1975, 4,6% dos homens *versus* 3,8% de mulheres e, em 1985, 4,4% *versus* 3,0%, respetivamente (Straus & Gelles, 1990 as cited in Casimiro, 2008). Assim, vários estudos que recorrem às *CTS* indicam que as agressões de que os homens são vítimas podem ser equiparadas, na sua natureza e extensão, à das mulheres vítimas (e.g., Archer, 2000; Straus, 2009a).

Outro dado relevante nesta questão são as taxas de homicídio que, uma vez mais, colocam o foco na realidade de que as mulheres são também ou igualmente violentas no âmbito da intimidade (McNeely & Robinson-Simpson, 1992 as cited in Archer, 2000). Assim, na perspetiva dos sociólogos da família, a violência na intimidade deverá ser encarada, no seu limite, como uma questão humana/relacional e como uma componente das relações de intimidade, independentemente de quem assume o papel principal de agressor. Estes investigadores consideram que a visão do género é redutora e pode conduzir a conceções erróneas do que é a violência no domínio das diversas componentes da vida humana (Felson, 2010; McNelly, Cook & Torres, 2001).

Posto isto, e reconhecendo os homens como vítimas de violência na intimidade, os interlocutores desta perspetiva argumentam a necessidade de criar mais respostas para esta população e para prevenir esta forma de violência (Randle & Graham, 2011).

Após uma apresentação sumária destas duas perspetivas, importa refletir criticamente sobre as limitações que ambas apresentam. Por um lado, a perspetiva feminista assenta as suas conclusões, maioritariamente, em amostras de vítimas mulheres já identificadas ou em contacto com os serviços especializados nesta problemática. Inevitavelmente, este facto conduz a uma inflação nos resultados encontrados e na generalização de que a violência na intimidade é quase exclusivamente um ato masculino (Casimiro, 2008). Por outro lado, os sociólogos da família deparam-se com outros enviesamentos, por exemplo, o número de indivíduos que se recusam a responder aos inquéritos, o que pode colocar em causa a representatividade da população; ou a omissão de dados, por exemplo, em entrevistas telefónicas, porque o agressor/a se encontra perto do/a companheiro/a. Além disso, os inquéritos não versam



especificamente sobre a violência exercida sobre as mulheres, pelo que os índices de violência relatados sobre as mesmas serão menores do que os encontrados pelos feministas (Casimiro, 2008).

Outros argumentos a contemplar nesta disputa aparentemente estéril são os elencados pela perspectiva feminista, que colocam em causa todos os dados encontrados pela perspectiva dos sociólogos da família. A teoria feminista argumenta que a violência contra os homens surge de diferentes motivos e resulta em diferentes consequências para homens e para mulheres (e.g., Dobash & Dobash, 2004; Lupri, 2004). Os interlocutores desta perspectiva defendem que o instrumento utilizado pelos sociólogos da família, as *CTS*, não contempla o contexto e ignora as motivações, os significados e as consequências dos atos violentos (Belknap & Melton, 2005). Assim, para a perspectiva feminista, existem várias razões que patrocinam um maior nível de violência dos homens (Hines & Douglas, 2010b): 1) os homens são os primeiros a agredir e as mulheres, quando agredem, é em legítima defesa. A perspectiva feminista argumenta que os dados encontrados pelos sociólogos da família resultam apenas da necessidade da mulher se defender ou da retaliação face às agressões de que é alvo; 2) os homens são fisicamente dominantes; 3) quando os homens são vítimas, essa violência é menor e não tem consequências; 4) os homens têm mais recursos socioeconómicos do que a mulher. Além disso, alguns autores demonstram-se preocupados com a hipótese de os resultados encontrados, através das *CTS*, não serem interpretados corretamente. Ou seja, Dobash e colaboradores (1992) receiam que uma mulher que assume um ato violento contra o parceiro seja interpretada como perpetradora, quando aquele pode ter sido um ato isolado e pode ter sido, por exemplo, em auto-defesa.

Por sua vez, os investigadores da perspectiva da violência na família argumentam que a única razão pela qual os dados recolhidos pelas *CTS* são menosprezados é por produzirem resultados ideologicamente inaceitáveis. Isto é, que as mulheres são frequentemente tão violentas na intimidade quanto os homens (Dutton & Corvo, 2007). Os interlocutores desta perspectiva referenciam vários estudos que indicam que: 1) muitas mulheres não indicam a auto-defesa como o principal motivo para a agressão contra os companheiros. Por sua vez, alguns dos motivos mais citados são: a raiva, os ciúmes e a retaliação contra o dano emocional que lhes foi infligido, o esforço para assumir o controlo e o domínio na relação, e confusão (e.g., Corry, Fiebert & Pizzey, 2002; Follingstad, Wright, Lloyd & Sebastian, 1991 as cited in Hines, Brown & Dunning, 2007; Graham-Kevan & Archer, 2009). De facto, o argumento da auto-defesa,

que é frequentemente a explicação para as elevadas taxas de violência encontradas nas mulheres, explicará apenas uma pequena parte dessa violência (e.g., Straus, 2009a); 2) muitas discussões são iniciadas pelas mulheres (Lupri, 2004); 3) em aproximadamente 50% dos casos a violência é mútua, cerca de 25% é perpetrada apenas por homens, e aproximadamente 25% é perpetrada apenas por mulheres (Hines & Saudino, 2003 as cited in Archer, 2000); 4) no namoro, a percentagem de raparigas agressoras excede a de rapazes (Straus, 2009b); 5) os estudos indicam que a violência continua a ser mais legitimada se o homem for o perpetrador (Shuler, 2010; Straus, 2009a); 6) estudos nacionais indicam uma diminuição da percentagem da violência dos homens contra as mulheres, mas o oposto não se verifica (Straus, 2009a); 7) embora raramente abordadas, investigações realizadas com mulheres em casas abrigo demonstraram que estas relatavam o uso de violência contra os seus parceiros (e.g., Hines & Douglas, 2010a).

Posto isto, coloca-se a seguinte questão: é uma mais-valia que a investigação nesta área se circunscreva a determinar qual dos parceiros do casal é mais agressivo na intimidade? Ou qual dos dois inicia a violência? Serão os motivos de homens e de mulheres diferentes aquando da agressão? Ou será o contexto uma variável fulcral? Não serão redutores estes olhares sobre o fenómeno? Na realidade, os trabalhos científicos publicados até esta data, mesmo aqueles que partem de perspetivas teóricas diferentes e elaboram dissemelhantes explicações para a sua ocorrência, indicam, em menor ou maior número, a possibilidade de considerar a violência na intimidade como um fenómeno praticado tanto por homens, como por mulheres.

Apesar de todas as controvérsias que envolvem esta temática, não pode ser negado que os homens são vítimas de violência perpetrada pelas suas parceiras, ainda que esse abuso seja menos severo que o abuso cometido pelos homens contra as suas companheiras (Carmo, Grams & Magalhães, 2011; Chan, 2011; Johnson, 2011). Assim, a contemporânea troca de argumentos quanto à simetria ou assimetria de género é, na nossa opinião, e de vários outros autores (e.g., George, 2003) uma questão estéril e contra produtora. Mais do que discutir se mulheres e homens podem ser vítimas e perpetradores, importa compreender o fenómeno no seu todo.

Neste sentido, e apesar das várias tentativas para argumentar que nem a perspetiva feminista, nem a perspetiva dos sociólogos da família está correta, há duas posições que se destacam. A posição de Dobash e colaboradores (1992), que argumentam que as medidas usadas pelos investigadores da violência na família, principalmente as *CTS*, consideram esses atos fora do contexto e negligenciam as suas

consequências – que são mais visíveis para as mulheres (Archer, 2000). E, por outro lado, a posição de Johnson (1995) que não se concentra nas medidas, mas no tipo de amostra utilizado pelos dois grupos de investigadores. Os investigadores da violência na família estudam, tipicamente, amostras representativas de casais casados, que coabitam ou são namorados, enquanto os investigadores feministas, tipicamente, estudam amostras de mulheres selecionadas pelos níveis elevados de violência de que foram alvo (Archer, 2000). No entender de Johnson (1995), estes dois formatos de investigação não se sobrepõem e são mutuamente exclusivos. Numa tentativa de interpretar os diferentes resultados encontrados pelas duas perspetivas supracitadas, este autor elaborou duas categorias de violência contra as mulheres: 1) terrorismo íntimo, que é caracterizado pelo uso da violência para exercer controlo sobre a vítima e 2) violência mútua, que é uma consequência da escalada de um ou vários conflitos sem o sistemático controlo do parceiro. De acordo com esta tipologia proposta por Johnson, o terrorismo íntimo é praticado pelos homens sobre as mulheres, enquanto a violência mútua pode ser perpetrada por homens e por mulheres (Johnson, 1995). De referir que, de acordo com Johnson (2011), nos inquéritos a nível nacional, domina a tipologia da violência mútua e que esta forma de violência não é genderizada.

Uma meta análise levada a cabo por Archer concluiu que, quando as medidas são baseadas em atos específicos, as mulheres são significativamente mais propensas a usar mais violência física contra os seus parceiros e a fazê-lo com mais frequência do que os homens; quando as medidas são baseadas nas consequências da agressão (ferimentos visíveis ou ferimentos que necessitem de tratamento médico) os homens infligem ferimentos mais graves às suas companheiras (Archer, 2000). A este respeito, parece consensual que o dimorfismo sexual existente entre homens e mulheres justifica que, quando se considera especificamente a violência física, as consequências dos atos praticados pelos homens sobre as mulheres são mais graves do que no sentido inverso (e.g., Casimiro, 2008). Estes resultados sustentam a visão de que as medidas baseadas nos atos (e.g., tipos de violência) ou nas consequências (e.g., gravidade dos ferimentos) produzem resultados diferentes (Archer, 2000). Outros autores apoiam a visão de que diferentes resultados são encontrados consoante o tipo de amostra utilizada (Archer, 2000). Assim, as amostras provenientes de casas abrigo revelam os homens como agressores, enquanto as amostras representativas da população apontam as mulheres como perpetradoras de violência menos severa.

A explicação “problemas da intimidade” constitui uma alternativa à justificação do género e postula que a violência nas relações íntimas ocorre em ambos os sexos, sendo o seu risco aumentado por determinadas características psicológicas, independentemente do sexo (e.g., Dasgupta, 2002; Dutton, Nicholls & Spidel, 2005). Por isso, Dutton e Nicholls (2005) argumentam que a violência íntima não é específica dos homens e não pode ser explicada apenas com base no género ou nos papéis sociais. Prova disso é o facto de a violência ocorrida num casal não ser específica dos casais heterossexuais, acontecendo também em casais homossexuais (e.g., Archer, 2004; Straus, 2009a,b). Desta forma, é imperioso que a investigação no âmbito da violência na intimidade aborde este fenómeno de uma forma mais abrangente, incluindo todas as formas de violência e todos os seus possíveis perpetradores e vítimas, ao invés de colocar o enfoque, apenas, na questão de género e nas taxas mais elevadas de vitimação feminina. Só desta forma é que será possível dar respostas sociais adequadas a toda a população.

### **Vítimas no masculino: que tipos de violência íntima vivenciam? Quais são as suas consequências?**

A prevalência da violência sobre o masculino na intimidade tem sido captada por um conjunto vasto de investigações internacionais. Estudos nos EUA estimam que, entre todas as vítimas de violência na intimidade, cerca de 25% a 50% são homens (Hines & Douglas, 2011). No Reino Unido, estimou-se que os homens, num ano, constituíam aproximadamente 43% das vítimas de violência na intimidade (Walby & Allen, 2005 as cited in Hines & Douglas, 2010a). Num estudo realizado no Canadá, ao longo de 5 anos, estimou-se que 47% das vítimas fossem homens (Laroche, 2005 as cited in Hines & Douglas, 2010a). No mesmo sentido, a meta análise de Archer (2000) revelou que, em mais de 80 estudos de violência física entre parceiros heterossexuais, 35% das vítimas feridas pelo parceiro e 39% daqueles que necessitaram de tratamento médico eram homens.

Em Portugal, ainda que os estudos nesta área sejam escassos, é possível atestar a relevância social deste fenómeno sobre os homens, recorrendo a alguns indicadores nacionais: em 2010 recorreram à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) 934 homens (APAV, 2010). No que se refere às participações deste crime às forças de segurança, das 31.235 queixas em 2010, 15% foram apresentadas por homens (DGAI,

2010). Os números encontrados na violência no namoro implicam também reflexão, na medida em que não demonstram as disparidades normalmente associadas ao sexo, revelando que as raparigas perpetram, frequentemente, agressões aos parceiros (Caridade, 2008). Outro indicador decorre do estudo de Carmo e colaboradores (2011), o qual revelou que, entre 2007 e 2009, das 535 vítimas de violência na intimidade atendidas no Instituto de Medica Legal (IML) do Porto, 11,5% eram homens.

O impacto desta forma de violência sobre os homens está igualmente documentado em vários estudos a nível internacional. Estes reportam que os homens experienciam níveis significativos de agressões físicas e impacto psicológico causado pela violência de que são alvo pelas parceiras (Finney, 2006; Hines & Douglas, 2011; Watson & Parsons, 2005). A título de exemplo, podemos referir vários estudos quantitativos: Coker et al., 2002; Hines, 2007; Hines & Douglas, 2010a,b; Tjaden & Thoennes, 2000) e qualitativos (e.g., Dansky, Byrne & Brandy, 1999 as cited in Hines & Douglas, 2011; Ehrensaft et al., 2004 as cited in Hines & Douglas, 2010a; Hines et al., 2007).

No que respeita à intervenção, em outubro do ano 2000 surgiu, nos EUA, a primeira linha de apoio a homens vítimas de violência na intimidade – *The domestic abuse helpline for men (DAHM)* – (Hines et al., 2007; Hines & Douglas, 2010b). Esta linha é a única nesta área já que, até então, as informações referentes às dinâmicas do relacionamento íntimo eram recolhidas, apenas, junto de mulheres (Hines et al., 2007). Com os dados recolhidos por Hines e colaboradores (2007) (N=246) é possível afirmar que os homens são, igualmente, vítimas de violência severa na intimidade e que relatam temer pela sua própria vida, que têm medo das suas companheiras, que estas os perseguem e que os tentam controlar (Hines et al., 2007). Estes homens experienciavam diversos comportamentos abusivos por parte das suas companheiras, muitos dos quais estão contemplados na roda do poder e do controlo do modelo Duluth (Pence & Paymar, 1983 as cited in Hines et al., 2007) – um modelo concebido para mulheres vítimas de violência na intimidade. Tais comportamentos, como abuso económico, intimidação, isolamento social, ameaças, abuso emocional e culpa e minimização não são comportamentos exclusivos dos homens perpetradores de violência na intimidade. Além disso, os autores alteraram a categoria da roda “privilégios masculinos” para refletir as experiências de vitimação masculina: muitos destes homens eram vítimas das suas companheiras quando estas usavam o sistema judicial e social a seu favor, na medida em que a sociedade está estruturada para prestar apoio às mulheres (Hines et al.,

2007). No que se refere à violência física, as mulheres usam táticas como bofetadas, pontapés, murros e agarrar os seus companheiros durante o conflito. Além disso, este estudo revelou alguns comportamentos adicionais a que as mulheres recorrem, como por exemplo, atacar a zona genital, arranhões, cuspir sobre eles, comportamentos que não são captados pela escala *CTS*. Por outro lado, muitos dos homens revelaram ter sido vítimas de formas de violência física graves e que colocaram em risco as suas vidas, outros relataram ter necessitado de assistência médica e um homem revelou ter sido vítima de violência sexual (Hines et al., 2007). A mesma equipa de investigação (Hines & Douglas, 2010b; Hines & Douglas, 2011) conduziu, nos EUA, o primeiro estudo em larga escala com homens vítimas de violência (N=302), que revelou um padrão de vitimação consistente com o terrorismo íntimo proposto na categorização de Johnson, já que os homens sustentam ser vítimas de violência física e psicológica pelas suas parceiras. Os dados recolhidos no Canadá, em 1999, indicaram, igualmente, impacto psicológico da violência nos homens. Neste sentido, como resultado do abuso que experienciaram, 29% dos homens agredidos mencionaram sentir-se zangados, confusos ou frustrados, 26% reportaram raiva e 21% relataram sentimentos de dor ou desapontamento. Além disso, há outros indicadores que importa considerar, por exemplo, ao nível do impacto económico, já que o custo para a produtividade é significativo – 11% dos homens vítimas reportaram que faltaram ao trabalho na sequência das agressões de que foram alvo (Canadian Centre for Justice Statistics, 2000). Estudos realizados na Austrália fornecem evidência no mesmo sentido (e.g., Bagshaw & Chung, 2000; Mulrone & Chan, 2005). Além das consequências físicas, a investigação tem apontado consequências psicológicas decorrentes da vitimação masculina. Em particular, foram encontradas associações entre a violência na intimidade e a Perturbação de Stress Pós-Traumático (PTSD) (e.g., Hines, 2007), depressão (Cascardi & O’Leary, 1992 as cited in Hines, 2007) e ideação suicida (Chan et al., 2008 as cited in Hines, 2007). Da mesma forma, análises narrativas também captaram o sofrimento emocional dos homens (e.g., Mulrone & Chan, 2005). Se, por um lado, as mulheres se debatem com os homens violentos e com as normas sociais, as atitudes e as estruturas que lhes retiram poder, por outro, os homens debatem-se com a manutenção de um ideal masculino – um ideal que se espera que sejam auto-confiantes e independentes, bem como mais resistentes e mais fortes que as mulheres (Migliaccio, 2002 as cited in Hines, 2007). Tal como para as mulheres, para os homens a vitimação física está associada a um maior risco de ter uma saúde débil, sintomas depressivos,

abuso de substâncias e ao desenvolvimento de uma doença crónica ou doença mental e ferimentos (Coker et al., 2000). Uma das explicações para que as consequências psicológicas da violência sejam semelhantes para homens e para mulheres é, no caso das mulheres, além de terem de lidar com a violência, lidarem com um discurso social que as enfraquece e as vulnerabiliza. E, no caso dos homens, é por terem de lidar com uma sociedade que os concebe como o sexo forte e que não lhes “permite” o papel de vítimas (Lupri, 2004). A este respeito, de facto, uma parte da norma social de várias sociedades entende que os homens são mais fortes, são o sexo dominante e que exercem esse poder sobre as suas companheiras (Hines & Douglas, 2010a,b). Além disso, tal como já foi supracitado, a violência dos homens contra as mulheres é considerada mais grave do que a violência das mulheres contra os homens (Flood, 2005; Hines & Douglas, 2010a,b).

### **Vítimas no masculino: com que obstáculos se deparam?**

A perceção da sociedade acerca das diferenças de género parece influenciar, também, a procura de ajuda por parte dos homens. Com efeito, esta perceção enfatiza a sua capacidade física para afastar o abuso, bem como as expectativas sociais acerca da capacidade física e económica para resolver os seus próprios problemas (Hines & Douglas, 2010a,b). Consequentemente, os homens vítimas não admitem a sua condição e não procuram ajuda profissional (Barber, 2009 as cited in Shuler, 2010; Flood, 2007; Hines, 2007). Por outro lado, muitos homens receiam procurar ajuda por recearem ser conotados como os agressores, especialmente se se defenderam a si próprios (Hines, 2007). De facto, este duplo critério da sociedade e das entidades responsáveis no tratamento de homens e de mulheres vítimas resulta no facto de inúmeros homens não procurarem ajuda, nem o sistema judicial (Shuler, 2010).

As investigações acerca da saúde e da utilização dos serviços de saúde revelam que os homens apresentam menor probabilidade do que as mulheres de procurar ajuda (Noone & Stephens, 2008 as cited in Tsui, Cheung & Leung, 2010). Desta forma, é notório que, quando os homens são vítimas de violência na intimidade pelas suas parceiras, enfrentam lutas de reconciliação entre a sua vitimização e a perceção acerca da sua masculinidade (Reutoul & Appleboom, 1997 as cited in Tsui et al., 2010). Um estudo qualitativo levado a cabo por Tsui e colaboradores (2010) demonstrou que os

homens não procuram ajuda devido aos obstáculos sociais e à falta de apoio. Os obstáculos incluem a vergonha e o embaraço, o medo, a negação, a estigmatização, e mais importante, o facto de os homens não serem tratados como iguais pelos serviços de apoio. Na sociedade, o homem é percecionado como a vítima “inaceitável” de violência na intimidade, sendo que ser um homem vítima na intimidade é para muitos um tabu (Kimmel, 2002 as cited in Tsui et al., 2010). Outro dado deste estudo é igualmente suportado por Tjaden e Thoennes (2000): a maioria dos homens não reporta os atos de que é alvo, porque não consideram que as outras pessoas os possam ajudar a resolver os seus problemas internos. Como resultado, tendem a minimizar o seu abuso e tentam evitar o estigma social acerca da sua incapacidade de se proteger. Consequentemente, na generalidade escondem ou negam que foram vítimas de violência na intimidade (Tsui et al., 2010). Os dados encontrados por Hines e Douglas (2010b) e Tutty (1999), suportam, igualmente, estas evidências.

## **Conclusões**

A violência, seja de que tipo for, e seja cometida por homens ou por mulheres, é claramente inaceitável. As respostas às questões sobre se os homens e as mulheres são, ou não, igualmente violentos ou sofrem consequências iguais nas suas relações heterossexuais, varia consoante o foco da investigação, a definição de violência utilizada, a amostra e os tipos de investigação e os instrumentos utilizados (Archer, 2000; Bagshaw & Chung, 2000; Kelly & Johnson, 2008; Matos, 2006).

Não obstante, esta revisão revelou um número de distintos e de incontestáveis factos, na medida em que demonstrou que a violência contra os homens na intimidade é um problema real e mais comum do que somos levados a acreditar sob um inicial olhar enviesado (Carney, Buttell & Dutton, 2007; Sarantakos, 1999). De facto, vários estudos documentam que os homens também são vítimas de violência física em relações heterossexuais (e.g., Archer, 2000; Carney et al., 2007; Tjaden & Thoennes, 2000). Além disso, a investigação tem igualmente demonstrado que estes experienciam sintomas psicológicos significativos como resultado da violência na intimidade (e.g., Hines, 2007).

Assim, de uma forma mais geral, a revisão da literatura demonstra que a violência na intimidade não é um problema homogéneo que ocorre de uma forma única, em que os homens são apenas perpetradores e as mulheres apenas vítimas (Graham-



Kevan & Archer, 2005; Dutton, 1994; Sarantakos, 1999). A noção que predominava de que a violência na intimidade acontecia num só sentido é uma falácia conceptual, que é inconsistente com a perspectiva da violência como sendo perpetrada por ambos os sexos ou como sendo bi-direcional (Lupri, 2004; Straus, 2008).

Embora muitas mulheres sofram nas mãos dos seus companheiros e tenham maior probabilidade de ser alvo de lesões mais graves, presumir que estas apenas agredem em auto-defesa é inconsistente com a abundante evidência empírica que tem emergido nas últimas duas décadas (Hines & Malley-Morrison, 2001; Medeiros & Straus, 2006). Se é verdade que os homens, tendo mais força física, usam violência física mais vezes do que as mulheres, também parece ser verdade que as mulheres recorrem, mais frequentemente, a armas, de modo a criar uma vantagem (Dutton & Nicholls, 2005; George, 2003; Lewis & Saratakos, 2001).

Por outro lado, os dados sobre a violência na intimidade nos casais homossexuais e os números encontrados na violência no namoro enfatizam a insuficiência da explicação da violência como um problema de género (e.g., Casimiro, 2008; Dutton, 1994; Holtzworth-Munroe, 2005; Straus, 2008).

As comparações de género – homem-mulher e mulher-homem – devem lembrar que devemos respeitar ambas as partes envolvidas na violência na intimidade. O foco exclusivo na violência dos homens sobre as suas parceiras ignora as complexas dinâmicas deste fenómeno. Assim, a caracterização da violência na intimidade perpetrada contra os homens é importante para melhor entendermos este fenómeno (Carmo et al., 2011; Graham-Kevan & Archer, 2005). Além disso, cria uma barreira para se encontrar uma solução igualitária para um problema social que afeta parceiros de ambos os sexos (Lupri, 2004).

Uma maior compreensão deste complexo e multifacetado processo, bem como dos seus efeitos nos homens vítimas é vital para o desenvolvimento de serviços de apoio e de intervenção junto desta população (McCollum & Sith, 2008; Holtzworth-Munroe, 2005; Randle & Graham, 2011). De resto, continuar a ignorar as especificidades desta problemática inviabilizará o apoio necessário e a proteção devida às vítimas destes comportamentos e impedirá o objetivo último de erradicar a violência na intimidade. É tempo de fazer um esforço para acabar com todos os tipos de violência na intimidade, e não apenas com a violência sobre as mulheres, até porque acabar com todos os tipos de violência é crucial para proteger as mulheres (Straus, 2010).

Interessa, assim, conhecer mais aprofundadamente a violência cometida pelas mulheres sobre os seus parceiros, o que despoleta essa violência, o tipo de atos e as formas de violência praticadas. Essa informação ainda é incipiente na literatura e indicará pistas sobre a intervenção e a prevenção deste fenómeno (e.g., Holtzworth-Munroe, 2005; Kelly & Johnson, 2008). É também importante que os investigadores considerem sub-tipos de mulheres perpetradoras que podem recorrer a esta forma de violência por diversos motivos (Dasgupta, 2002; Graham-Kevan & Archer, 2005).

Por fim, devido às potenciais diferenças entre homens e mulheres nos comportamentos e nas motivações para a agressão, as intervenções têm de ser mais específicas para atingirem uma maior eficácia (Swan et al., 2005; Swan et al., 2002). Além disso, é essencial encorajar os homens vítimas que necessitem de serviços a requerer esse apoio. Apenas dessa forma os profissionais ficarão sensibilizados para as dificuldades que os homens enfrentam e desenvolverão serviços cada vez mais específicos para esta população. Mais investigação sobre as experiências dos homens vítimas é essencial para estimar a extensão e a severidade deste problema (Hines & Douglas, 2010b). A pouca investigação conduzida levanta mais questões do que aquelas a que responde (Tutty, 1999).

Neste sentido, urge desenvolver investigação que permita (re)conhecer este fenómeno como uma problemática social e adotar medidas de prevenção e de intervenção que respondam eficazmente às necessidades destas vítimas. A literatura indica que os aspetos futuros que a investigação neste âmbito deverá incluir são: a) validação de medidas de avaliação desenhadas para avaliar as consequências da violência na intimidade em homens; b) investigação qualitativa sobre as experiências dos homens vítimas de violência na intimidade, dada a ausência de estudos que possam atestar se os homens são, ou não, vítimas, por exemplo, de terrorismo íntimo; c) estudos sistemáticos sobre o efeito da violência na intimidade nos homens e quais os seus custos a nível económico e social.

Diríamos, assim, que a pertinência do estudo que estamos atualmente a desenvolver – centrado na caracterização do fenómeno da violência heterossexual contra os homens, exercida na intimidade, a partir da perspectiva das vítimas – se prende com a sua recente emergência social, aliada ao desconhecimento da sua dimensão e ao impacto nas vítimas. Propomo-nos, por um lado, a identificar o tipo, a natureza, a extensão e os custos da violência contra os homens no contexto das relações íntimas em

Portugal e, por outro, a aceder aos significados e à vivência experiencial dos mesmos, bem como aos motivos que os inibem de procurar ajuda.

## Referências

- Anderson, A., Dial, S., Ivey, D. & Smith, D. (2011). Gender and violence in dyadic relationships. *The American Journal of Family Therapy*, 39(3), 42-254.
- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126(5), 651-680.
- Archer, J. (2004). Sex differences in aggression in real-world settings: A meta-analytic review. *Review of General Psychology*, 8(4), 291-322.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). (2010). *Estatísticas 2010*. Retrieved from <http://www.apav.pt>.
- Bagshaw, D. & Chung, D. (2000). *Women, men and domestic violence*. University of South Australia: Pirie Printers.
- Belknap, J. & Melton, H. (2005). *Are heterosexual men also victims of intimate partner abuse?* Harrisburg, PA: VAWnet, a project of the National Resource Center on Domestic Violence. Retrieved from <http://www.vawnet.org>.
- Canadian Centre for Justice Statistics (2000). *Family Violence in Canada: A Statistical Profile*. Ottawa: Statistics Canada.
- Caridade, S. (2008). *Violência nas relações de intimidade: Comportamentos e atitudes dos jovens*. (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade do Minho, Braga.
- Carmo, R., Grams, A. & Magalhães, T. (2011). Men as victims of intimate partner violence. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 18(8), 355-359. doi: 10.1016/j.jflm.2011.07.006.
- Carney, M., Buttell, F. & Dutton, D. (2007). Women who perpetrate intimate partner violence: A review of the literature with recommendations for treatment. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 108-115. doi: 10.1016/j.avb.2006.05.002.
- Casimiro, C. (2008). Violências na conjugalidade: a questão da simetria do género. *Análise Social*, 43(3), 579-601.

- Chan, K. (2011). Gender differences in self-reports of intimate partner violence: a review. *Aggression and Violent Behavior, 16*(2), 167-175. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2011.02.008>.
- Coker, A. et al.. (2000). Physical and mental health effects of intimate partner violence for men and women. *American Journal of Preventive Medicine, 24*(4), 260-268.
- Corry, C., Fiebert, M. & Pizzey, E. (2002). *Controlling domestic violence against men*, 1-17. Retrieved from [http://www.familytx.org/research/Control\\_DV\\_against\\_men.pdf](http://www.familytx.org/research/Control_DV_against_men.pdf).
- Dasgupta, S. (2002). Relationships: A Framework for understanding women's use of nonlethal violence in intimate heterosexual. *Violence Against Women, 11*(8), 1364-1389.
- Direcção-Geral de Administração Interna. (2010). *Violência doméstica. Análise das ocorrências participadas às forças de segurança durante o ano de 2010*. Lisboa.
- Dobash, R. & Dobash, R. (2004). Women's violence to men in intimate relationships: Working on a puzzle. *British Journal Criminology, 44*, 324-349.
- Dobash, R., Dobash, R., Wilson, M. & Daly, M. (1992). The myth of sexual symmetry in marital violence. *Social Problems, 39*(1), 71-91.
- Dutton, D. (1994). Patriarchy and wife assault: The ecological fallacy. *Violence and Victims, 9*(2), 167-182.
- Dutton, D. & Nicholls, T. (2005). The gender paradigm in domestic violence: Research and theory. *Aggression and Violent Behavior, 10*, 680-714. doi: 10.1016/j.avb.2005.02.001.
- Dutton, D., Nicholls, T. & Spidel, A. (2005). Female perpetrators of intimate abuse. *Journal of Offender Rehabilitation, 41*(4), 1-31.
- Dutton, M. & Corvo, K. (2007). The Duluth model: A data-impervious paradigm and a failed strategy. *Aggression and Violent Behavior, 12*, 658-667. doi: 10.1016/j.avb.2007.03.002.
- Felson, R. (2008). The legal consequences of intimate partner violence for men and women. *Children and Youth Services Review, 30*(6), 639-646.
- Felson, R. (2010). Academic Apartheid: segregation in the study of partner violence. *Partner Abuse, 1*(1), 61-81.
- Finney, A. (2006). *Domestic Violence, sexual assault and stalking: findings from the 2004/2005 British Crime Survey*, Home Office Online Report 12/06. Retrieved from <http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs06/rdsolr1206.pdf>.

- Flood, M. (2006). Violence against women and men in Australia: What the personal safety survey can and can't tell us. *Domestic Violence & Incest Resource Centre*, 4, 3-10.
- George, M. (2003). Invisible touch. *Aggression and Violent Behavior*, 8(1), 23-60. doi: [http://dx.doi.org/10.1016/S1359-1789\(01\)00048-9](http://dx.doi.org/10.1016/S1359-1789(01)00048-9).
- Graham-Kevan, N. & Archer, J. (2005). Investigating three explanations of women's relationship aggression. *Psychology of Women Quarterly*, 29(3), 270-277. doi: 10.1111/j.1471-6402.2005.00221.x.
- Graham-Kevan, N. & Archer, J. (2009). Control tactics and partner violence in heterosexual relationships. *Evolution and Human Behavior*, 30, 445-452. doi: 10.1016/j.evolhumbehav.2009.06.007.
- Gulas, C., McKeage, K. & Weinberger, M. (2010). It's just a joke: Violence against males in humorous advertising. *Journal of Advertising*, 39, 109-120.
- Hines, D. (2007). Post traumatic stress symptoms among men who sustain partner violence: An international multisite study of university students. *Psychology of Men & Masculinity*, 8(4), 225-239.
- Hines, D. (2010b). A Closer look at men who sustain intimate terrorism by women. *Partner Abuse*, 1, 286-313.
- Hines, D., Brown, J. & Dunning, E. (2007). Characteristics of callers to the domestic abuse helpline for men. *Journal of Family Violence*, 22, 63-72.
- Hines, D. & Douglas, E. (2010a). Intimate terrorism by women towards men: Does it exist? *Journal of Aggression Conflict and Peace Research*, 2, 36-56.
- Hines, D. & Douglas, E. (2011). Symptoms of post traumatic stress disorder in men who sustain intimate partner violence: A study of help seeking and community samples. *Psychology of Men & Masculinity*, 12, 112-127.
- Holtzworth-Munroe, A. (2005). Male versus female intimate partner violence: Putting controversial findings into context. *Journal of Marriage and Family*, 67(5), 1120-1125. doi: 10.1111/j.1741-3737.2005.00203.x.
- Johnson, M. (1995). Patriarchal terrorism and common couple violence: Two forms of violence against women. *Journal of Marriage and the Family*, 57(2), 283-294.
- Johnson, M. (2011). Gender and types of intimate partner violence: A response to an anti-feminist literature review. *Aggression and Violent Behavior*, 16(4), 289-296. doi: 10.1016/j.avb.2011.04.006.

- Kelly, J. & Johnson, M. (2008). Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, 46(3), 476-499.
- Lewis, A. & Sarantakos, S. (2001). Domestic violence and the male victim. *Nuance*, 3, 1-15.
- Lupri, E. (2004). *Domestic violence: The case of male abuse – Expanded and revised version of a commissioned document entitled Intimate Partner Violence Against Men*. Ottawa, Ontario: National Clearing house on Family Violence.
- Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Dissertação de candidatura ao grau de doutor em Psicologia pela Universidade do Minho. IEP: Universidade do Minho.
- Matos, M. & Machado, A. (2011). *Violência doméstica: Intervenção em grupo com mulheres vítimas. Manual para profissionais*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Matos, Machado, Santos & Machado (2012). Intervenção em grupo com vítimas de violência doméstica: Uma revisão da sua eficácia. *Análise Psicológica*, 1, 79-91.
- McCollum, E. & Stith, S. (2008). Couples treatment for interpersonal violence: A review of *outcome research literature and current clinical practices*. *Violence and Victims*, 23(2), 187-201.
- McNeely, R., Cook, P. & Torres, J. (2001). Is domestic violence a gender issue, or a human issue? *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 4(4), 227-251.
- Mulroney, J. & Chan, C. (2005). Men as victims of domestic violence. *Australian Domestic and Family Violence Clearing house*, 1-18.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2010). *Anteprojecto do IV Plano nacional contra a violência doméstica*. Lisboa: Gabinete da Secretária de Estado para a Igualdade.
- Randle, A. & Graham, C. (2011). A Review of the evidence on the effects of intimate partner violence on men. *Psychology of Men & Masculinity*, 12(2), 97-111. doi: 10.1037/a0021944.
- Sarantakos, S. (1999). Husband abuse: Fact or fiction? *Australian Journal of Social Issues*, 34(3), 231-252.
- Sartin, R., Hansen, D. & Huss, M. (2006). Domestic violence treatment response and recidivism: A review and implications for the study of family violence.

*Aggression and Violent Behavior*, 11(5), 436-440. doi: 10.1016/j.avb.2005.12.002.

- Saunders, D. (2002). Are physical assaults by wives and girlfriends a major social problem? A review of the literature. *Violence Against Women*, 12(8), 1424-1448.
- Shuler, C. (2010). Male victims of intimate partner violence in the United States: An examination of the review of literature through the critical theoretical perspective. *International Journal of Criminal Justice Sciences*, 5(1), 163-173.
- Smith, M. (2008). Does anybody care if women beat up men? *Editorials*, 14(3), 68-70.
- Sousela, L. (2006). *Violência Conjugal Feminina: Contextos, motivos e consequências*. (Tese de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto.
- Straus, M. (2008). Dominance and symmetry in partner violence by male and female university students in 32 nations. *Children and Youth Services Review*, 30(3), 252-275. doi: 10.1016/j.chilyouth.2007.10.004.
- Straus, M. (2009a). Gender symmetry in partner violence: Evidence and implications for prevention and treatment. In D. J. Whitaker & J. R. Lutzker (Eds.). *Preventing Partner Violence: Research and evidence-based intervention strategies* (pp. 245-271). Washington D.C.: American Psychological Association.
- Straus, M. (2009b). Why the overwhelming evidence on partner physical violence by women has not been perceived and is often denied. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 18, 1-19.
- Straus, M. (2010). Thirty years of denying the evidence on gender symmetry in partner violence: Implications for prevention and treatment. *Partner Abuse*, 3(1), 332-363.
- Swan, S. et al.. (2002). A typology of women's use of violence in intimate relationships. *Violence Against Women*, 8(3), 285-319.
- Swan, S. et al.. (2005). Women who use violence in intimate relationships: The role of anger, victimization, and symptoms of posttraumatic stress and depression. *Violence and Victims*, 20(3), 267-285.
- Tjaden, P. & Thoennes, N. (1998). *Prevalence, Incidence, and Consequences of Violence against Women: Findings from the National Violence against Women Survey*, Washington, D.C.: National Institute of Justice.
- Tsui, V., Cheung, M. & Leung, P. (2010). Help-seeking among male victims of partner abuse: Men's hard times. *Journal of Community Psychology*, 38(6), 769-780.

- Tutty, L. (1999). *Husband abuse: An overview of research and perspectives*. Ottawa, Ontario: National Clearing house on Family Violence.
- Watson, D. & Parsons, S. (2005). *Domestic abuse of women and men in Ireland. Report on the National Study of Domestic Abuse*. Dublin: Stationery Office.